



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XIII — N.º 138

DISTRITO FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 16 DE OUTUBRO DE 1938

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

Convocação de sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 16 § 3.º da Constituição, e do art. 45 do Regimento Interno, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas a realizarem-se no Palácio da Câmara dos Deputados, nos dias 15 — 16 — 21 — 22 — 23 — 24 — 29 — 30 de outubro, 4 — 5 — 6 — 11 — 12 — 13 — 18 e 19 de novembro, 2 — 3 — 4 e 9 de dezembro do ano em curso, às 21 horas, conhecerem dos vetos presidenciais aos projetos de leis abaixo especificados:

Data	PROJETO N.º		EMENTA	Data	PROJETO N.º		EMENTA
	Câmara	Senado			Câmara	Senado	
15 out.	3.930-53	82-57	Regula a contagem de tempo de serviço para os paraquedistas militares.	4 nov.	2.249-57	126-58	Altera dispositivos da Legislação do Imposto de Consumo
15 out.	117-55	124-57	Cria taxa especial para propaganda do café no exterior.	5 nov.	1.006-56	27-58	Inclui nas funções de extranumerário, mensalista das tabelas únicas do Ministério da Marinha os professores do Colégio Naval, dos Centros de Instrução das Escolas de Aprendizagem Marinhas e Escolas técnicas profissionais e das outras providências.
15 out.	2.158-56	233-57	Dispõe sobre a concessão de letras e obrigações do Tesouro Nacional e dá outras providências.	5 nov.	1.497-56	306-56	Transfere para o Ministério da Educação e Cultura, o Serviço de Censura de Diversões Públicas do Departamento Federal de Segurança Pública.
16 out.	1.239-56	201-57	Assegura aos servidores do Departamento Federal de Segurança Pública, com exercício de atividade estritamente policial, prisão especial, aposentadoria aos 25 anos de serviço e promoção "post mortem"	6 nov.	3.285-57	94-58	Fixa vencimentos de juizes e membros do Ministério Público e dá outras providências.
21 out.	2.630-57	142-57	Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1958.	11 nov.	2.234-57	34-58	Cria o Fundo Particular Nacional e taxa de melhoramentos dos Portos e dá outras providências.
21 out.	1.546-56	50-57	Cria, no Ministério da Educação e Cultura, o Quadro Especial do Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul.	12 nov.	916-56	102-58	Estende aos contínuos e serventes dos órgãos autárquicos e paraestatais da União, assim também compreendidas as Estradas de Ferro e Empresas de Navegação incorporadas ao Patrimônio da União e do Serviço Público Federal, as disposições dos arts. 1.º e 3.º da Lei n.º 1.721, de 4 de novembro de 1952
22 out.	382-55	293-56	Dispõe sobre as condições para admissão de nacionais e estrangeiros ao exercício de atividade remunerada no país e sobre a abolição do registro policial de estrangeiros.	18 nov.	2.450-57	30-58	Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 25.000.000,00 para socorrer as vítimas do explosão de Gramacho, em Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, e do incêndio em Guaratinguetá Estado de São Paulo.
22 out.	1.873-56	25-58	Efetiva nos postos de graduação e agrega aos respectivos quadros os oficiais graduados da ativa das Forças Armadas do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar do Distrito Federal e dá outras providências.	19 nov.	1.121-56	92-57	Reorganiza as Secretarias do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho, cria o respectivo Quadro de Pessoal e dá outras providências.
23 out.	1.966-56	194-57	Cria o Fundo de Marinha Mercante e dá outras providências.	2 dez.	476-55	101-56	Dispõe sobre o Código do Ministério Público do Distrito Federal e dá outras providências.
23 out.	1.439-51	92-56	Ampara os militares e civis que tenham servido em fábricas, usinas, arsenais e estabelecimentos do país que estiveram sob regime militar no período da guerra.	3 dez.			
28 out.	703-51	70-57	Dispõe sobre aposentadoria dos servidores civis que trabalhem em estabelecimentos industriais da União que fabricam munições e explosivos.	4 dez.			
28 out.	2.270-57	6-58	Altera a carreira de Oficial Administrativo do Quadro Suplementar do Ministério da Guerra.	9 dez.			
29 out.	3.939-58	75-58	Estende aos segurados de todos os Institutos de Previdência Social os benefícios do art. 32 e respectivos parágrafos da Lei n.º 3.322, de 26 de novembro de 1957				
30 out.	2.217-56	74-58	Fixa os efetivos dos oficiais dos Corpos e Quadros da Marinha de Guerra e dá outras providências.				

Senado, Federal, 10 de outubro de 1938. — Apolônio Sales, Vice-Presidente no exercício da Presidência.

SENADO FEDERAL

Mesa

Presidente — João Goulart (Vice-Presidente da República).

Vice-Presidente — Senador Apolo de Sá.

1.º Secretário — Senador Cunha Mello.

2.º Secretário — Senador Freitas Cavalcanti.

3.º Secretário — Senador Victorino Freire.

4.º Secretário — Senador Domingos Velasco.

1.º Suplente — Senador Mathias Olympio.

2.º Suplente — Senador Prisco dos Santos.

Líderes e Vice-Líderes Da Maioria

Líder: Filinto Müller.

Vice-Líderes:

Gaspar Veloso.

Lima Guimarães.

Gilberto Marinho.

Lameira Bittencourt.

Da Minoria

Líder: João Villasboas.

Vice-Líder: Rui Palmeira.

Dos Partidos

DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder: Filinto Müller.

DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Líder: Lima Guimarães.

Vice-Líderes:

Mourão Vieira.

Saulo Ramos.

DA UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL

Líder: João Villasboas.

Vice-Líder: Rui Palmeira.

DO PARTIDO REPUBLICANO

Líder: Atílio Vivacqua.

DO PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Líder: Reginaldo Cavalcanti.

Vice-Líder: Lino de Mattos.

DO PARTIDO LIBERTADOR

Líder: Novaes Filho.

Comissão Diretora

Apollônio Sales — Presidente.

Cunha Mello.

Freitas Cavalcanti.

Victorino Freire.

Domingos Velasco.

Mathias Olympio.

Prisco dos Santos.

Secretário: Lino Nabuco (Diretor Geral da Secretaria).

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
MAURO MONTEIRO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas Oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
AVENIDA RODRIGUES ALVES, 1

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 50,00
Ano Cr\$ 96,00

Exterior

Ano Cr\$ 136,00

FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 39,00
Ano Cr\$ 76,00

Exterior

Ano Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

Comissão de Constituição e Justiça

Lourival Fontes — Presidente.

Daniel Krüger — Vice-Presidente.

(1) Gilberto Marinho.
Benedito Valadares.
Gaspar Veloso.
Ruy Carneiro (2).
Argemiro de Figueiredo.
Lima Guimarães.
Rui Palmeira.
Atílio Vivacqua.
Jorge Maynard.

(1) Substituído temporariamente pelo Senador João Villasboas.

(2) Substituído temporariamente pelo Senador Lameira Bittencourt.

Secretário — Odenez Gonçalves Leite.

Reuniões — Quartas-feiras, às 10,30 horas.

Comissão de Economia

Carlos Lindenberg — Presidente (1).

Fernandes Fávora — Vice-Presidente.

(1) Alô Guimarães (2).
Mendonça Clark.
Lima Teixeira (3).
Alencastro Guimarães.
Argemiro de Figueiredo.
Juracy Magalhães (4).
Lino Prestes.

(1) Lameira Bittencourt.
(2) Gilberto Marinho.

(3) Lima Guimarães.

(4) Mario Motta.

Secretária: Ily Rodrigues Alves.

Reuniões — Terças-feiras, às 15 horas.

Comissão de Educação e Cultura

Mourão Vieira — Presidente.

Públio de Mello — Vice-Presidente.

Gilberto Marinho.

Mem de Sá.

Saulo Ramos.

Ezequias da Rocha (1).

Reginaldo Fernandes.

(1) Substituído temporariamente pelo Sr. Atílio Vivacqua.

Secretário: Diva Gallotti.

Reuniões — Sextas-feiras, às 15,30 horas.

Comissão de Finanças

Alvaro Adolpho — Presidente.

Vivaldo Lima — Vice-Presidente.

Lameira Bittencourt.

Ary Vianna.

Lima Guimarães.

Opotre Gomes (1).

Paulo Fernandes.

Daniel Krüger (2).

Carlos Lindenberg.

Mathias Olympio.

Pausto Cabral.

Juracy Magalhães.

Julio Leite.

Lino de Mattos.

Novaes Filho.

Aura Moura Andrade.

Suplentes

Gaspar Veloso.

Osacilio Jurema.

Mourão Vieira.

Atílio Vivacqua.

Lino Prestes.

Mem de Sá.

(1) Substituído temporariamente pelo Sr. Francisco Gallotti.

(2) Substituído temporariamente pelo Sr. Rui Palmeira.

Secretário: Renato de Almeida Chermont.

Reuniões — Sextas-feiras, às 10,30 horas.

Comissão de Redação

1 — Ezequias da Rocha — Presidente.

2 — Sebastião Archer — Vice-Presidente.

3 — Públio de Mello.

4 — Rui Palmeira.

5 — Saulo Ramos (***).

(*) Substituído, internamente, pelo Senador Ribeiro Casado.

(**) Substituído, internamente, pelo Senador Francisco Gallotti.

(***) Substituído, internamente, pelo Senador Mourão Vieira.

Secretária — Cecília de Rezende Martins.

Reuniões — Terças-feiras, às 15 horas.

Comissão de Relações Exteriores

João Villasboas — Presidente.

Georgino Avelino.

Bernardes Filho — Vice-Presidente.

Gilberto Marinho.

Benedito Valadares.

Lourival Fontes (4).

Gomes de Oliveira.

Rui Palmeira (3).

Moura Andrade.

(1) Substituído temporariamente pelo Sr. Atílio Vivacqua.

(2) Substituído temporariamente pelo Sr. Lima Teixeira.

(3) Substituído temporariamente pelo Sr. Mario Motta.

(4) Substituído temporariamente pelo Sr. Lima Guimarães.

Secretário: J. B. Castelo Branco.

Reuniões — Quartas-feiras, às 10 horas.

Comissão de Saúde Pública

Reginaldo Fernandes — Presidente.

Alô Guimarães — Vice-Presidente.

Pedro Lúcio.

Ezequias da Rocha.

Vivaldo Lima.

Secretária: Diva Gallotti.

Reuniões — Quartas-feiras, às 15 horas.

Comissão de Legislação Social

Lima Teixeira — Presidente.

Ruy Carneiro — Vice-Presidente.

(1) Lameira Bittencourt.

Primo Beck (2).

Lino de Mattos.

Waldemar Santos.

Sylvio Curvo.

João Arruda.

Armando Rodrigues.

(1) Substituído pelo Sr. Ribeiro Casado.

(2) Substituído pelo Sr. Moreira Filho.

Reunião — Quartas-feiras, às 18 horas.

Secretário — Pedro de Carvalho Müller.

Comissão de Segurança Nacional

Onofre Gomes — Presidente.
 Calado de Castro — Vice-Presidente.
 Pedro Ludovico.
 Moreira Filho.
 Alencastro Guimarães.
 Sílvio Curvo (1).
 Jorge Maynard.
 (1) Substituído temporariamente pelo Sr. Mário Motta.
 Secretária: Romilda Duarte.
 Reunções — Quartas-feiras, às 17h30.

Comissão de Serviço Público Civil

Prisco dos Santos — Presidente.
 Gilberto Marinho — Vice-Presidente.
 Ary Vianna.
 Abelardo Jurema.
 Calado de Castro.
 Neves da Rocha.
 Mem de Sá.
 Secretária: Ily Rodrigues Alves.
 Reunções — Quintas-feiras, às 16 horas.

Comunicações e Obras Públicas

Comissão de Transportes

Jorge Maynard — Presidente.
 Neves da Rocha — Vice-Presidente.
 Waldemar Santos.
 Coimbra Bueno.
 Novais Filho (1).
 (1) Substituído temporariamente pelo Sr. Francisco Gallotti.
 Secretária: Maria Cherubina Costa.
 Reunções — Quartas-feiras, às 15 horas.

Comissões Especiais

Comissão de Revisão do Código de Processo Civil

João Villasboas — Presidente.
 Georgino Avelino — Vice-Presidente.
 Atílio Vivacqua — Relator.
 Flinto Müller.
 Secretário: José da Silva Lisboa.
 Reunções — Quartas-feiras

Comissão Especial incumbida de elaborar os Projetos do Código Eleitoral e do Código Partidário.

João Villasboas — Presidente.
 Mem de Sá — Vice-Presidente.
 Gaspar Velloso — Relator do Projeto do Código Eleitoral.
 Gomes de Oliveira — Relator do Projeto do Código Partidário.
 Lameira Bittencourt.
 Francisco Arruda — Secretário.

Comissão de Mudança da Capital

Coimbra Bueno — Presidente.
 Paulo Fernandes — Vice-Presidente.
 Atílio Vivacqua — Relator.
 Alberto Pasqualini (1).
 Lino de Mattos.
 (1) Substituído temporariamente pelo Sr. Primo Beck.
 Reunções — Quintas-feiras.
 Secretário: Sebastião Vinga.

Comissão de Estudos do Projeto do Edifício destinado ao Senado Federal em Brasília.

Cunha Mello — Presidente.
 Francisco Gallotti — Vice-Presidente.
 Gilberto Marinho.
 Coimbra Bueno (1).
 Jorge Maynard.
 Mourão Vieira.
 Isaac Brown — Consultor Técnico.
 (1) Substituído temporariamente pelo Sr. Frederico Nunes.
 Reunções — Quartas-feiras, às 16 horas.
 Secretário — Alva Lillo Rodrigues.

Comissão de Consolidação das Leis do Trabalho

Senadores

Lima Teixeira — Presidente.
 Ruy Carneiro.
 Argemiro de Figueiredo.
 Reginaldo Cavalcanti.
 Othon Mäder.
 Ernani Sátiro — Vice-Presidente.
 Aarão Steinhilber — Relator Geral.
 Tarso Dutra.
 Jefferson Aguiar.
 Cunha Mello — Presidente.
 Moura Fernandes.
 Liturgo Leite.
 Lourival de Almeida.
 Ramundo Brito.

Comissão Especial do Vale do Rio Doce

1 — Benedito Valadares — Presidente.
 2 — Othon Mäder — Vice-Presidente.
 3 — Atílio Vivacqua.
 4 — Maynard.
 5 — Teixeira.
 Secretária: Cecília da Rezende Martins.

Comissão Especial de Estudo da Polít. de Produção e Exportação.

Lima Teixeira — Presidente.
 Fernandes Távora — Vice-Presidente.
 Gaspar Velloso — Relator Geral.

Mourão Vieira.
 Francisco Gallotti.
 Gilberto Marinho.
 Atílio Vivacqua.
 Frederico Nunes.
 Primo Beck.
 Secretário — José Geraldo da Cunha.

Comissão Especial de Estudos dos Problemas da Sêca do Nordeste.

Gaspar Velloso — Presidente.
 Reginaldo Fernandes — Vice-Presidente.
 Jorge Maynard — Relator Geral.
 Ruy Carneiro.
 Arlindo Rodrigues.
 Secretário — José Geraldo da Cunha.

Comissão de Reforma Constitucional para emitir parecer sobre Projeto de Reforma Constitucional n. 1, de 1956 que altera a Emenda Constitucional n. 2.

Atílio Vivacqua — Presidente.
 Lima Guimarães — Vice-Presidente.
 Gilberto Marinho.
 Ruy Carneiro.
 Saulo Ramos.
 Gaspar Velloso.
 Lourival Fontes.
 Calado de Castro.
 Alvaro Adolpho.
 Alô Guimarães.
 Moreira Ruho.

Argemiro de Figueiredo.
 João Villasboas.
 Daniel Krieger.
 Mem de Sá.
 Lino de Mattos.

Comissão Mista de Reforma Administrativa

Horácio Lacerda — Presidente.
 Gomes de Oliveira — Vice-Presidente.
 Gustavo Capanema — Relator.
 Alôso Amos — Relator.
 Blac Pinto.
 Baubista Ramos.
 Arnao Cereira.
 Flinto Müller.
 Ary Vianna.
 Cunha Mello.
 Coimbra Bueno.
 Juacy Magalhães.
 Bernardino Ruho.

Comissão Mista incumbida de sugerir medidas legislativas que regulem a organização político-administrativa, legislativa e judiciária da futura Capital da República.

SENADORES

Cunha Mello — Presidente.
 Gilberto Marinho.
 João Villasboas.

DEPUTADOS

Brasílio Machado Neto — Vice-Presidente.
 Adauto Lucio Cardoso.
 João Machado.
 Secretário — Micleo dos Santos Andrade.
 Auxiliar — Alva Lillo Rodrigues.

ATA DA 122.ª SESSÃO DA 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 3.ª LEGISLATURA, EM 15 DE OUTUBRO DE 1958

PRESIDÊNCIA DOS SENHORES APOLÔNIO SALLES E DOMINGOS VELASCO

Sumário

DISCURSOS PROFERIDOS

Senador Gomes de Oliveira: Considerações sobre a política externa dos Estados Unidos da América do Norte, particularmente quanto aos problemas sul-americanos.
 Senador Paulo Abreu: Alimentação. — Intensificação da cultura do tigo.
 Senador Lima Teixeira: Imprensa sobre o pleito eleitoral na Bahia.
 Senador Fernandes Távora: Manifestação de pesar pelo falecimento do Sr. Protó Gentil.

MATERIAS VOTADAS

Requerimento n.º 373 do Sr. Atílio Vivacqua e outros Srs. Senadores, solicitando inserção nos Anais dos discursos proferidos pelos Srs. Gilberto Marinho e Pernambuco Asfora na solenidade da inauguração do retrato de Machado de Assis na Sala de Imprensa do Senado. (Aprovado).
 Veto n.º 6, de 1953, do Sr. Prefeito do Distrito Federal a dispositivos do Projeto de Lei Municipal n.º 86-II, de 1955, que trata normas sobre cursos de auxílio de enfermagem e de outras providências. (Aprovado).
 Redação Final do Projeto de Lei do Senado n.º 13 de 1958, que outorga a regalia de prisão especial aos Oficiais da Marinha Mercante. (Aprovada).

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Vivaldo Lima — Mourão Vieira — Prisco dos Santos — Waldemar Santos — Leonidas Mello — Onofre Gomes — Fernandes Távora — Georgino Avelino — Reginaldo Fernandes — Apolônio Salles — Novais Filho — Ezequias da Rocha — Jorge Maynard — Lourival Fontes — Neves da Rocha — Lima Teixeira — Carlos Lindenberg — Atílio Vivacqua — Ary Vianna — Moreira Ruho — Arlindo Rodrigues

Alencastro Guimarães — Calado de Castro — Gilberto Marinho — Lima Guimarães — Paulo Abreu — Domingos Velloso — Frederico Nunes — Mário Motta — João Villasboas — Flinto Müller — Gaspar Velloso — Alô Guimarães — Gomes de Oliveira — Francisco Gallotti — Saulo Ramos — Mem de Sá — (37).

O SR. PRESIDENTE:

— A Lista de presença acusa o comparecimento de 37 Srs. Senadores. Havendo número legal está aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. Ary Miranda, servindo de 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

O SR. PRESIDENTE:

— Não é expediente a ser lido. Tem a palavra o nobre Senador Apolônio Sales, primeiro orador inscrito. (Pausa).

S. Exa. desiste da palavra.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA:

Com a palavra o nobre Senador Gomes de Oliveira, segundo orador inscrito.

(Não foi revista pelo orador) — Sr. Presidente. Srs. Senadores, tenho, desta tribuna, faz alguns anos, encarado o problema da ajuda dos países ricos aos menos favorecidos ou subdesenvolvidos. Desde as reuniões internacionais de Quitandinha e de Buenos Aires, venho assistindo o desapontamento dos meios sul e centro americanos, principalmente do Brasil, em face da política seguida pelos Estados Unidos da América do Norte, de certo desinteresse pela sorte dos mais pobres. Ciente, com economia sub-desenvolvida, quando sobremodo socorrer, com larga munificência, os países europeus, sem distinguir em velhos amigos e antigos inimigos. As nações sul-americanas sentiram-se como que esquecidas por parte do amigo poderoso, a quem principalmente o nosso país tinha dado, nas horas mais difíceis, solidariedade indiscutível, não só política, mas ainda solidariedade de sangue. Sabemos o que nos custou a política de apoio aos países deste lado do Atlântico, na luta contra os países hitlerista e fascista. É que se esquecemos que na luta pelo desenvolvimento está implícito o combate às idéias extremistas.

O povo líder desse combate não poderia, portanto, pretender que apenas com acordos e assistências militares pudessemos livrar o mundo das idéias e regimes extremistas. Aspiraço natural de progresso econômico e de bem estar social não escolherá sistemas políticos ou econômicos. As massas populares caminharão para aqueles regimes que lhes acenem com possibilidades e melhorias, ainda que não lhes dêm.

O regime capitalista, que preferimos chamar de livre iniciativa, precisa dar aos povos sub-desenvolvidos aquilo a que eles aspiram, sob pena de se desmoralizarem, como já se verificou em muitos setores de opinião pública e de populações em todo o mundo.

Não será apenas generosidade, mas imperativo de defesa própria. Ativar o desenvolvimento econômico para elevação, em tempo, do nível de vida das coletividades.

Fomos já além, dizendo que não será favor dos povos mais ricos o atentar para a situação dos mais pobres. Será um dever decorrente daquilo que chamamos — com certa audácia, talvez, porque não vimos ainda classificado nem denominado pela forma como o fizemos — um dever decorrente do direito social internacional.

Foi isso que sustentamos, em discurso, no Congresso Interparlamentar há pouco realizado nesta Capital, e que me parece uma decorrência natural daqueles princípios sociais que temos defendido na vida de cada povo.

O Direito social hoje, a própria palavra o diz, afastou a idéia de favor do Poder Público, dos grandes, dos ricos, dos patrões em dar aos operários, aos

seus empregados regalias e vantagens, não só de salários como de férias, estabilidade e aposentadoria. Hoje, isto não é mais um favor ao trabalhador; e precisamente sob este aspecto é que encaramos a luta das correntes trabalhistas contra as idéias conservadoras.

Não podemos mais admitir como favor, como generosidade, o patrão, mais ou menos generoso, dar ao empregado ordenados mais altos, certas prerrogativas e, mesmo, no fim do ano, um pouco dos lucros que tem em demasia.

Está aqui precisamente, o aspecto da luta que se tem travado em todo o mundo, a fim de tirar o homem daquela condição de favor em que vivia, e que era fruto da generosidade. O favor escraviza e a luta é exatamente pela libertação do homem.

Na vida internacional, também caminhamos pelo mesmo rumo, o da libertação das nações mais pobres, subdesenvolvidas. Não devem elas ficar sujeitas a favores das nações mais ricas; devemos criar um novo direito social internacional, o direito de as nações mais pobres receberem das mais ricas aquela assistência indispensável ao seu trabalho e bem estar.

O Sr. Domingos Velasco — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. GOMES DE OLIVEIRA — Sinto-me honrado com o aparte do nobre colega.

O Sr. Domingos Velasco — V. Exa. defende tese, vitoriosa na Conferência Interparlamentar realizada em Banco, que, na qual, por 494 votos contra 4 foi aprovada uma Resolução em que se declara que a ajuda dos povos mais ricos aos menos desenvolvidos é dever e não um favor.

No âmbito internacional que caracterizava aquela Conferência, o ponto de vista que V. Exa. sustenta foi aprovado inclusive com os votos da Delegação Brasileira.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA — Recebo com grande honra e maior prazer o aparte do ilustre colega e amigo Senador Domingos Velasco, sobretudo, porque vem em abono da minha tese e traz a informação de um fato que eu desconhecia, mas que não está fora das cogitações que nos inspiram na vida política, dentro das idéias de um Partido que, realmente, busca estabelecer direitos para o indivíduo e, logicamente, tirar as nações da sujeição em que têm vivido, em consequência do poder econômico que criou o domínio dos poderosos sobre os mais fracos. Só a luta que se travou em todo o mundo, e que estamos travando agora na vida internacional, poderá, realmente libertar não apenas os homens, mas a Nação, da condição de submissão, de inferioridade e — podemos mesmo dizer — da escravidão em que vivem em face dos povos mais desenvolvidos.

O Sr. Domingos Velasco — Permite V. Exa. outro aparte?

O SR. GOMES DE OLIVEIRA — Com todo o prazer.

O Sr. Domingos Velasco — V. Exa. emite conceito sufragado internacionalmente. O próprio Papa Pio XII, em carta que escreveu a Charles Fleury, Presidente das Semanas Sociais de França, em 1952, a cuja leitura procedi desta tribuna, declarava que a luta de classes se havia transposto do âmbito interno de cada país, onde os menos favorecidos da fortuna lutavam por melhor es condições de vida.

Considerava o mais importante problema do Século o da luta dos povos pobres contra os ricos. Essa, a questão suscitada por S. S. o Papa Pio XII em 1952.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA — Gratíssimo ao Senador Domingos Velasco pela contribuição que traz à tese. Evidentemente, ela não é minha, apresenta-se através dos fatos da vida internacional, da intervenção do próprio Papa, conforme relatou o ilustre Senador por Goiás. Essa doutrina de caráter universal, que defendemos em discursos, no último Congresso Interparlamentar, que se ajusta, perfeitamente, à orientação do Governo do Sr. Juscelino Kubitschek, levantando a bandeira da Operação Pan-Americana.

Não poderia, quem assim pensa. Senhor Presidente, deixar de trazer — e eu já os trouxe a esta tribuna — aplausos incondicionais à diretriz do Sr. Presidente da República. Além do mais ela proporcionou grande projeção ao nosso País, portanto S. Exa. não reivindicou vantagens apenas para o Brasil, mas para todos os povos subdesenvolvidos, ao menos deste lado do Atlântico.

Vimos como parecia fadado ao maior êxito o movimento lançado pelo ilustre Chefe do Executivo Nacional. Logo o Presidente Eisenhower mandou a esta Capital, como seu emissário especial, o Subsecretário Roy Rubottom, e em seguida o Sr. Foster Dulles, trazendo o apoio ostensivo e oficial do Governo norte-americano à iniciativa do Governo Brasileiro.

Infelizmente, nestes dias houve como que um choque a esse estado de coisas aparentemente tranqüilo, quando já se ia instalar em Nova Iorque ou Washington, uma Comissão dos países americanos. Fomos, realmente, sobressaltados por uma entrevista do próprio Sr. Roy Rubottom, que parecia desfazer aquilo que se qualificou de ilusão do Governo Brasileiro e dos povos sul-americanos.

Alguns esclarecimentos, porém, de certo modo, nos tranqüilizam quanto ao destino de iniciativa tão oportuna e feliz. Refiro-me, Sr. Presidente, à entrevista com o Sr. Ministro Negrão de Lima.

Refere-se S. Exa. às várias demarques, que se processaram nos Estados Unidos durante a sua permanência, e conclui demonstrando confiança no êxito da Operação Pan-Americana, pois o Governo daquele país, através de seus representantes, o Senhor Roy Rubottom e outros, reafirmou o desejo de colaborar na iniciativa tomada pelo Presidente do Brasil, dando-nos a convicção de que se poderá levar a bom termo o movimento de recuperação ou de desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos.

Tenho em mãos, Sr. Presidente, a entrevista que o Senhor Ministro Negrão de Lima, concedeu ao «Correio da Manhã», a propósito dos entendimentos havidos em Washington. Passo a lê-la, a fim de que conste dos Anais da Casa.

É a seguinte:

«Excluo a possibilidade de que o Sr. Rubottom, que conosco colaborou em Washington e que participou de todas as fases de nosso trabalho, possa ter tido a intenção de anunciar qualquer política ou mudança de orientação que não se ajustasse às palavras que nos foram pessoalmente dirigidas pelo presidente Eisenhower e pelo secretário de Estado Foster Dulles».

AGUARDAR

Acentuou o ministro das Relações Exteriores que o problema do subdesenvolvimento não é um problema fictício que se liga a duras realidades das quais não poderemos fugir por tal ou qual interpretação dada a tal ou qual pronunciamento. O que resta — disse — é guardar o início dos trabalhos da Comissão dos 21, a instalar-se naquela Capital, no próximo dia 17 de novembro. É para esta tarefa construtiva, a ser empreendida coletivamente, que deveremos preparar-nos agora, sem restrições e sem pessimismos.

TERMOS CLAROS

O embaixador Negrão de Lima arrematou as suas declarações dizendo que «os termos do comunicado final da recente reunião de chance eres em Washington são bastante claros e peremptórios para se pôr em dúvida a determinação conjugada dos 21 repúblicas do hemisfério de darem ao problema do subdesenvolvimento, mediante o processamento e execução da Operação Pan-Americana».

TRECHO CONTESTADO

Reproduzimos, a seguir, o trecho do discurso do Sr. Roy Rubottom que, precisamente, suscitou más interpretações que acabam de ser contestadas pelo titular do Itamarati:

«Não importa o quanto os Estados Unidos desejam ajudar a América Latina, pois existem limites nesse campo e limites para a sua possibilidade de decidir. Entraram muitos fatores na determinação de que os Estados Unidos podem ou não podem fazer em qualquer caso dado. Nossos amigos não devem esquecer que nós somos uma democracia. Fatores tais como a opinião pública, a atitude do Congresso e a própria legislação devem ser levados em conta. Nós somos humanos e temos nossas limitações, e a mesma classe de problemas interios dos outros países».

Ao considerar os problemas relacionados com o desenvolvimento econômico, especialmente a obtenção do capital necessário, nenhuma ajuda estrangeira, seja de origem privada ou pública, pode ser na realidade eficaz para estabelecer um estado econômico forte e vigoroso se não acompanhar uma política econômica sólida e racional. De fato, a responsabilidade principal quanto às medidas que remediem e resolvam os problemas econômicos aos próprios países afetados, e o mais que podem fazer os Estados Unidos é ajudar, oferecendo alguns elementos dos que faltam».

Vale a nota por um subsídio, para o esclarecimento da situação em que nos encontramos.

Tranquiliza-nos o espírito não apenas de brasileiros mas de americanos, afastando a hipótese de tergiversação ou mudança de orientação por parte do Governo Americano. Parece viável, pois, a solução que o Governo Brasileiro procurou dar aos problemas básicos da vida econômica social e política dos países americanos, a fim de combatarmos as tendências extremis-

tas, em nosso Continente. O regime da livre-iniciativa, chamado, até, há pouco tempo, capitalista — pelo-o classificador de livre iniciativa — ainda oferece as menores condições de vida. Será, talvez, o meio mais seguro de resolver os problemas econômicos e sociais dos povos, desde que tenhamos — aqueles que já se beneficiaram talvez demais desse regime — a compreensão necessária, a fim de atentarmos para os problemas das massas e dos povos subdesenvolvidos, no sentido de elevá-los a um nível melhor de vida para que, assim, possam eles contar no regime econômico-social ora vigente no mundo ocidental. *(Muito bem! Muito bem!)*

Durante o discurso do Sr. Gomes de Oliveira, o Sr. Domingos Veloso deixa a cadeira da presidência que é assumida pelo Senador Apolônio Salles.

O SR. PRESIDENTE:

Deixei a palavra ao nobre Senador Paulo Abreu, terceiro orador inscrito.

O SR. PAULO ABREU:

(Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente: O grande centista brasileiro, autor de dois livros consagrados pela crítica, morreu não faz muito tempo ao mundo estarrecido, que existe uma grande parcela de verdade na afirmação de que «o homem é o que come». Em sua conhecida «Geografia da Fome» José de Castro mostrou que uma parcela importante da desgraça deste grande País, Sr. Presidente e Senhores Senadores, se deve a fome — fome que domina quase todo o Brasil. Não se trata daquela fome horrível da falta de alimentos; da fome causada pela escassez absoluta de gêneros que tem matado de inanição tantos homens neste mundo; não se trata, Sr. Presidente, da fome quantitativa, mas a fome qualitativa. É a fome que o organismo depauperado sente, mas o homem não tem consciência; é a fome que mata com o estômago cheio; é a fome que enfraquece a criatura e tira-lhe a força dos braços para ganhar o seu alimento de cada dia; é a fome que enfraquece a mão, e mata-lhe o filho no ventre; é a fome que cega e faz parafusos; é a fome, Sr. Presidente, do homem que come mas não se alimenta.

E de que fome se trata, poderia alguém perguntar? E a resposta é esta: é a fome provocada pelos defeitos da dieta alimentar do povo brasileiro. Quando nossos irmãos comem farinha de mandioca, feijão e rapadura — enchem o seu estômago mas não se alimentam. Não se alimentam suficientemente para enfrentar com vigor a faina futura, porque nessa dieta faltam elementos essenciais sem os quais o organismo não pode fabricar as substâncias necessárias para manter-se trabalhando com afinco e satisfação. José de Castro mostrou ao mundo, Senhor Presidente, que uma parcela muito importante da pretendida superioridade de algumas raças não passa das consequências de uma melhor alimentação e que uma boa parte da indolência do homem nos trópicos se deve ao fato de que ele não consome energia suficiente para manter-se trabalhando. Infelizmente, nós brasileiros não aprendemos a fazer.

Que não aprendemos, Sr. Presidente, é prova insofismável a recente Instrução da Superintendência da Moeda e do Crédito pela qual o dólar de 100 pontos do trigo foi levado para Cr\$ 22,00 e cujas consequências em breve

serão sentidas por este povo faminto que se verá privado inclusive do pão. O trigo Sr. Presidente é um fator essencial numa dieta bem equilibrada e jamais poderemos melhorar a saúde de nosso povo sem generalizar o seu consumo; sem levá-lo às populações do norte e nordeste deste País. Essa Instrução, Sr. Presidente levará para longe da mesa do pobre também o pão, que era dos poucos alimentos que ainda lhe restavam e deverá causar sérias repercussões sobre o custo da vida.

Sr. Presidente, bem compreendendo, bem compreendemos todos nós, brasileiros, que o País necessita, urgentemente, de melhorar seu orçamento cambial. A nossa necessidade de divisas há que ser solucionada, evidentemente, com medidas drásticas, usando-se, para isso, a lendária venda de Thomas e a espada de Dâmoqueles... É certo. Então, vamos gravar de novos impostos, para tal fim, os carros de luxo, que atravancam o asfalto, consomem gasolina, tudo isso, nesta hora de supremos sacrifícios, para a grande massa desprotegida, apenas, para a satisfação da vaidade dos ricos... Há muita coisa sobre que recair o peso da exigência cambial. Não desconhecemos. Mas, numente, como querem os teusáveis pelas nossas finanças, o preço do pão, evidentemente, não é aceitável, não é justo, não é medida de bom senso.

Srs. Presidente, Srs. Senadores: não é um País independente, não é um País laureado pela soberania plena, aquele que não dispõe de ferro, de trigo, de petróleo e algodão.

Ferro para as indústrias de base; trigo para alimentar o povo; petróleo para movimentar o parque fabril e acionar os meios de transportes; algodão para vestir a grande massa populacional. Todos os demais problemas existenciais encontram, nesses quatro fatores, a sua chave central.

Porisso é que venho me batendo, há anos, notadamente, pela nossa auto-suficiência de trigo. Dar trigo ao Brasil, Srs. Senadores, é ferir de morte o pauperismo, a subnutrição, a fome secular de nossas populações desprotegidas.

Se, até hoje, não alcançamos essa auto-suficiência, porque, então, gravar de novos tributos o trigo que importamos?

Certamente, a mesa do pobre vai continuar, a menos, um produto substancial, tornando-se mais precária, cada vez mais castigada, pela carestia de vida, pela inflação galopante, pelos anéis construtores das especulações de toda sorte. Medite o Governo. É o apelo que faço. Mesmo porque, os romanos, Sr. Presidente, diziam com cinismo que a povo precisava de pão e circo. O Governo tira o pão do povo. Esperemos que isso não ponha fogo no circo. *(Muito bem! muito bem!)*

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente.

Não há outro orador inscrito. *(Pausa)*.

Sobre a mesa requerimento, que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

Requerimento nº 373, de 1958

Nos termos do art. 128, alínea «b», do Regimento Interno, requeremos a inserção nos Anais dos discursos proferidos pelo Sr. Senador Gilberto Marinho e pelo exilitor Ferminio Asfora, no encargo da solenidade da inauguração

do retrato de Machado de Assis na Sala de Imprensa do Senado.

Sala das Sessões, em 14 de outubro de 1958. — Atílio Vivacqua. — Freitas Cavalcanti. — Jorge Maynard. — Morcira Filho. — Francisco Gallotti. — Ary Vianna. — Waldemar Santos. — Leônidas Mello. — Fernandes Távora. — Alô Guimarães. — Ezequias da Rocha. — Arlindo Rodrigues. — Mourão Vieira. — Vivaldo Lima. — Felinto Müller. — Reynaldo Fernandes.

O SR. PRESIDENTE:

— De acordo com o parágrafo único do art. 127, o requerimento será discutido e votado no final da Ordem do Dia.

Votação, em discussão única, do veto nº 6, de 1958, do Sr. Prefeito do Distrito Federal a dispositivos do Projeto de Lei Municipal nº 86-E, de 1955, que tra a normas sobre cursos de auxílio de enfermagem e dá outras providências, tendo: Parecer sob nº 326, de 1958, da Comissão de Constituição e Justiça, pela aprovação do veto.

O SR. PRESIDENTE:

— A discussão foi encerrada na sessão anterior. Não foi votado, por falta de número.

Vai-se proceder à votação.

A votação do Veto, que deve ser secreta, será feita pelo sistema mecânico. Os Srs. Senadores devem ocupar seus lugares e aguardar o momento de votar, quando premirão o botão correspondente ao seu voto. O Sim aprova o Veto, e o Não, rejeita-o. *(Pausa)*.

Queiram os Srs. Senadores votar. *(Pausa)*.

O SR. PRESIDENTE:

— Votaram pela aprovação do Veto 31 Srs. Senadores; com o Presidente, 32. Está mantido o veto.

Discussão única da redação do Projeto de Lei do Senado nº 13, de 1958, que outorga a regalia de prisão especial aos Oficiais da Marinha Mercante (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 325, de 1958).

O SR. PRESIDENTE:

— Em discussão a redação final.

Não havendo quem faça uso da palavra, encerro a discussão. *(Pausa)*.

Os Srs. Senadores que aprovam a redação final, queiram conservar-se sentados. *(Pausa)*.

Aprovada.

É a seguinte a redação final aprovada, que vai à Câmara dos Deputados.

ANEXO AO PARECER Nº 325, DE 1958

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 13, de 1958, que outorga a regalia de prisão especial aos Oficiais da Marinha Mercante. O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É extensiva aos Oficiais da Marinha Mercante a regalia concedida pelo artigo 295, do Código de Processo Penal.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

548. Yolanda Ronde dos Santos.

Esgotada a Ordem do Dia, passa-se hora do expediente, relativo a inserção de matéria nos anais da Casa.

Não havendo quem queira usar da palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram conservar-se sentados.

Está aprovado.

Tem a palavra o nobre Senador Fernandes Távora, para explicação pessoal.

O SR. FERNANDES TAVORA:

(Para explicação pessoal) *(Não foi revisto pelo orador)* — Sr. Presidente, há poucos dias faleceu um grande comerciante do Ceará, o Sr. João da Frota Gentil. Foi, incontestavelmente, uma grande perda para o comércio da minha terra, onde exerceu por longos anos a sua atividade com real proveito para o nosso Estado natal.

É, pois, com profundo pesar que trago ao conhecimento desta Casa o fato do desaparecimento desse cearense de valor, que durante sua vida trabalhou acuradamente para o bem da sua terra. *(Muito bem!)*

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra para explicação pessoal o nobre Senador Lima Teixeira.

O SR. LIMA TEIXEIRA:

(Para explicação pessoal) *(Não foi revisto pelo orador)* — Sr. Presidente, tive ensejo de assistir de perto ao desenrolar do pleito de 3 de outubro corrente e desejo fazer algumas observações em torno da cédula única a fim de que possamos, no futuro, corrigir inconvenientes da nossa legislação eleitoral.

No meu Estado, posso dizer sem exagero, a votação prolongou-se até as sete horas do dia seguinte. Os eleitores tiveram de permanecer nas suas sessões, e dormiram em bancos, à espera da chamada.

Tudo isso se deve ao fato de terem sido confeccionadas cédulas únicas para senador e suplente, governador e vice-governador, e outra para prefeito. O eleitor recebia uma senha, e a chamada era feita por ordem de chegada. Era, então, o eleitor obrigado a entrar na cabine indecifrável duas vezes: primeiro, para votar na cédula única dos candidatos a governador e vice-governador; e a segunda para a escolha do prefeito, também em cédula única, e, ao mesmo tempo, colar na sobrecarta as cédulas de deputados federais, deputados estaduais e vereadores. Cada eleitor não poderia gastar isso tudo, menos de dez a quinze minutos. Se isso, demoraria um pouco mais, pois teria mais dificuldade para assinar a lista de presença e ir duas vezes à cabine indecifrável. Para o operário, também nem sempre habituado a ler e escrever, era muito pior.

Em uma das zonas eleitorais, presencié incidentes. Por volta das dezesseis horas, os títulos foram recolhidos. O número de eleitores ainda era muito grande, e não houve ordem nesse serviço, sendo que algumas pessoas não puderam entregar seus títulos. Ocorreu, então, um incidente com a pessoa que fazia a coleta dos títulos, sendo o Presidente da Mesa obrigado a providenciar a vinda da Força Pública, para serenar os ânimos. Muitos dos presentes, que ali estavam há horas, não se conformavam com o encerramento da votação. Se haviam recebido a senha, por que não podiam votar?

Sr. Presidente, esses erros precisam e devem ser sanados.

Devemos melhorar nossa legislação eleitoral a fim de que as próximas eleições se processam com maior regularidade. Em várias seções eleitorais do meu Estado, muitos eleitores, uns por doença, outros vencidos pelo cansaço, abandonaram as filas e voltaram às residências.

O Sr. Vivaldo Lima — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Com prazer.

O Sr. Vivaldo Lima — O mesmo se verificou no meu Estado e creio em todo o Brasil. A alteração da lei eleitoral impõe-se para evitar tais ocorrências. A meu ver, a mecanização resolverá o processo da votação no Brasil.

V. Exa. citou o caso de pessoas idosas, obrigadas a ao uso de óculos para votarem. Pois bem! não há na cabine sequer uma mesa que facilite a colocação do X na cédula. A votação processa-se com morosidade e, muitas vezes, continua no dia imediato como aconteceu em algumas seções de Manaus. Tão demorado e enervante se mostraram o processo de votação no Brasil, que não sei se, nas próximas eleições, tantos comparecerão às urnas para esse dever cívico.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Muito obrigado pelo aparte de V. Exa., que vem corroborar o que estou afirmando.

Sr. Presidente, ouvi eleitores declararem que, se o processo eleitoral continuar assim, não mais acorrerão às urnas. Inúmeras foram as pessoas que, tendo comparecido cedo à seção eleitoral, entraram pela madrugada e não puderam votar. Conheço o caso de eleitores idosos, que abandonaram a seção eleitoral e foram para suas residências, lamentando não terem podido votar.

Sr. Presidente, podemos corrigir estas falhas. Sobretudo uma, que não compreendo; por que motivo o eleitor, ao encaminhar-se para a cabine indevassável, não pode levar logo as duas cédulas únicas? Por que tem de levar, primeiro a de Governador, depositá-la na urna, e somente depois apanhar a de Senador e repetir a operação? Não poderia tudo ser feito de uma só vez?

A demora na votação ocorreu em vários Estados, conforme li nos jornais. Muitos eleitores somente conseguiram votar no dia seguinte ao da eleição.

O Sr. Vivaldo Lima — Permite Vps. Exa. outro aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Com todo o prazer.

O Sr. Vivaldo Lima — Segundo informações que tive, no Amazonas o eleitor era obrigado a encaminhar-se duas vezes à cabine indevassável para votar. Noutras seções ia à cabine uma só vez. Vê, portanto, V. Exa. que o critério não é uniforme. Daí a demora enervante numa seção e a rápida noutras. A alteração do Código Eleitoral evitaria esse critério duplice, que possibilita a Mesa eleitoral favorecer ou criar dificuldades aos eleitores.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Senhor Presidente, o fato alegado pelo nobre Senador Vivaldo Lima é verdadeiro. Houve dualidade de critério no processo das votações. Alguns juizes eleitorais permitiram que o eleitor entrasse na cabine indevassável, levando

as duas cédulas únicas, para proceder à votação.

O Sr. Vivaldo Lima — Juizes eleitorais, não; presidentes de Mesa. Os juizes eleitorais, felizmente, estão fora dessa cogitação. Esse foi critério adotado por alguns presidentes de Mesa.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Senhor Presidente, como declara o nobre colega, Senador Vivaldo Lima, adotavam-se dois critérios. Presidentes de Mesa houve, que entendiam possível o eleitor entrar na cabine com as duas cédulas únicas; outros, que só depois de procedida a primeira votação, podia o eleitor voltar à cabine para realizar a segunda, para Prefeito.

Esse inconveniente, tive ensejo de observar. As Mesas, que faziam votar de uma só vez, rapidamente terminaram sua tarefa. Os eleitores prontamente se despachavam. As outras, que seguiram o critério legal — isto é, obrigavam o eleitor a comparecer à cabine duas vezes, para votação separadamente — tiveram retardado seu trabalho, permanecendo os eleitores nas seções eleitorais, por muito tempo, sofrendo as vicissitudes da espera, do cansaço, da falta de alimentação, que, não raro, os levaram ao desânimo.

Essas reclamações, eu as recebi na hora mesma em que assistia ao processo eleitoral, em várias seções. Eleitores pediram-me que reculasse seus protestos, no Senado, e levasse ao conhecimento da Nação que, desejando, embora, exercer o seu direito de voto, muitos se viam obrigados a abandonar esse propósito, pela impossibilidade de permanecerem longo tempo nas seções eleitorais.

Trago ao conhecimento da Nação os fatos ocorridos no meu Estado, esperando que, em breve, possamos dar remédio a essas falhas, corrigindo-as, proporcionando à legislação eleitoral a oportunidade de se tornar esmerilhada e aos eleitores o direito de exercer o seu dever cívico, sem embaraços. Essas declarações eu as faço, Sr. Presidente, movido pela vontade daqueles que se encontravam na seção eleitoral em que votei, onde observei realmente dificuldades, que devem e podem ser sanadas. O processo eleitoral há que ser simplificado para que as eleições traduzam, na realidade, o propósito de quantos se encaminham para as urnas a fim de nelas depositar seus votos nos candidatos de sua preferência.

Espero que, em breve, tenhamos corrigidas essas falhas, também apontadas por outros Senadores. (Muito bem; muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão. Deslgo de amanhã à seguinte.

ORDEM DO DIA

Trabalho das Comissões

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e quarenta minutos).

PUBLICAÇÃO FEITA NOS TERMOS DO REQUERIMENTO N.º 373-958, APROVADO NA SESSÃO DE 15 DE OUTUBRO DE 1958

Discurso pronunciado por Perimio Afonso, na inauguração do retrato de Machado de Assis, na Sala de Imprensa do Senado, na tarde de 10 de outubro de 1958:

Determinou o meu amigo Cildo Amado, presidente do Comitê de Im-

prensa desta Casa, num gesto de simpatia que me comove, fosse eu o intérprete dos sentimentos dos companheiros aqui credenciados, no instante em que pagando antiga dívida, erguemos nesta sala destinada aos nossos serviços profissionais, o retrato de Machado de Assis.

Bem vejo que nestas estreitas frases não cabe qualquer contribuição aos estudos já alentados que se vêm escrevendo sobre a personalidade e a obra do grande escritor carioca. Valem milhas palavras apenas como um atestado, na passagem do cinquentenário de sua morte — o atestado de que seu nome não ficará esquecido por aqueles que fazem hoje no Senado da República aquilo que ele tinha também por ofício fazer no Senado do Império, experimentando em dados momentos, conforme assinala um dos seus biógrafos, dificuldades e incompreensões motivadas pela orientação do jornal que representava.

A crônica parlamentar tantas vezes amesquinhada no conceito de certos poderosos: tantas vezes por eles reduzida à condição de noticiário insignificante ou simples e estéril chapa fotográfica dos debates, não pode, por isso mesmo, reter a vaidade de lembrar que em seu meio floresceram alguns dos melhores espíritos da inteligência brasileira: delas alguns alcançaram voo para o poder e a glória. E um desses vultos eminentes, o mais eminente de todos eles, foi sem dúvida o mestre Machado de Assis.

O jornalismo tem sido no Brasil, e em todas as épocas, não só uma escola de estadistas, mas uma oficina onde escritores exercitam-se no manejo do seu instrumento de comunicação, conseguindo não somente desempenhar o estilo, como avançar nos métodos de análise; o jornal ensina melhor julgar os valores; identifica-nos com os problemas sociais, espelho dos anseios e das aflições coletivas. Sabemos que não são poucas as vocações reveladas ao calor das rotativas, nas grandes campanhas cívicas, nas crises agudas, nos episódios dramáticos da vida nacional. Não seria preciso evocar o exemplo de Euclides da Cunha em quem o fenômeno se expressou com tamanha eloquência, que não se sabe dizer onde o escritor, o sociólogo de visão espantosa — ou espantada, como querirão seus detratores — confina com o repórter. Tão numerosos são os casos de escritores políticos, como Joaquim Nabuco — constituições que se completam no jornal — que alguns críticos são levados a encher o jornalismo um ramo literário.

Ao jornalismo Machado de Assis esteve ligado, pode-se dizer, durante toda a sua existência; desde os tempos de tipógrafo; dos 16 aos 55 anos manteve colaboração efetiva em jornais e revistas desta capital; sua atuação no Senado durou vários anos; era por conseguinte um nome familiar ao leitor comum. Entretanto pergunto: isto significa que Machado de Assis tenha chegado a ser o que costumamos chamar de "grande jornalista"? De suas atividades como jornalista militante sobrou pouco, e o que recolheram depois para figurar em suas obras completas é mediocre. A página famosa da "Velha Senado", escrita muito mais tarde, no fausto da glória dá uma idéia mais precisa e mais interessante talvez da sua atividade na Câmara Alta do que as crônicas que salvaram do lixo.

Forçoso é reconhecer, Machado de Assis não pertenceu à família híbrida dos que são a um só tempo escritor

e jornalista. O jornalismo não oferece encanto para os homens céticos. (Claro que me refiro aos céticos honestos).

Passada a juventude, apagada a flama dos entusiasmos da mocidade, Machado de Assis recolhe-se até se tornar o mais encofinado dos caramujos. E a longa caminhada em busca de si mesmo, — como já foi observado. O artista esmaga sem piedade as ilusões do jovem Joaquim Marin, aquele que um dia a mão amiga de Quintino Bocaiuva levava para o "Diário do Rio de Janeiro", o órgão moderno e bem escrito.

Ultrapassada a fase do "Diário do Rio", começa a vagarosa e difícil escalada para a glória. Despojado das ambições políticas, tendo renunciado aos possíveis cargos e honrarias, sentia-se agora mais forte e mais leve.

Não há grandes e pequenos, há livres e escravos. Livre é o homem fiel a si próprio; livre é o que menos deseja do mundo; o mais ambicioso é o mais cativo. Sopitada a última ilusão, deixa de ser escravo, torna-se senhor absoluto em seu mundo de ficção. Ali exerce o seu domínio, ali constrói — ou melhor, destrói — a humanidade à sua maneira. Não será um escravo de notícias, do fato diário isolado. Que importavam a doença, a cor e a pobreza? Tudo aquilo só existia no mundo banal das ruas; dentro de seus súditos, virava senhor de barão e cutelo, dirigia o universo sem curvaturas a ninguém, sem ter a quem prestar contas.

Como poderia vir a ser um jornalista de futuro com aquele temperamento, a extrema timidez, a falta de entusiasmo pela polémica, o seu proclamado "tédio à controvérsia"?

Para ele, o fato social passa a ser secundário; a humanidade não estava dividida, como queriam os jornais e a política. Era um todo, um todo, sim, fastidioso, sem grandes contornos, igual e chato. O homem era o mesmo em qualquer latitude: egoísta, fraco, traícoiro, infimo. Por que pois elogiar uns em detrimento dos outros? Não seria melhor julgá-los sob o prisma da ironia, que é uma forma de compreensão? Para que dividir a humanidade em classes e partidos? — pensaria esse demolidor do morro do Livramento.

Com essa concepção negativista, como admitir que tivesse sido um vitorioso comentarista, um diretor de jornal, um magnata de linotipos? E aquele pessimismo se agravava à medida que os dons do psicólogo se ampliavam. De "Memórias Póstumas de Brás Cubas" a "Memorial de Ayrês" sua literatura mais parece um curso de psicologia, ministrado por um artista. E um espelho onde as almas podem se mirar.

E os tipos políticos, muitos dos quais conhecera nos distantes dias do Senado, teriam sua utilidade. A eles recorreria muitas vezes. Não para pedir carta de recomendação e arranjar emprego. Seriam de inspiração para contos e romances. Lá estão eles na pele do dr. Carmacho, do "Quincas Borba", derramando o verdo; lá estão passeando sua importância, fazendo suas conquistas, como no conto da "mulher de preto". Tudo sem rancor; analista frio, vai dissecando as almas, vai desmontando esses sentimentos, peça por peça, como quem desmonta um relógio. Seria um cínico? Não poderia ser cínico quem soube ser fiel aos seus princípios filosóficos até na hora da morte. Materialista, negou-se a concordar com a idéia de trazerem um padre: "Não quero, não creio, seria uma hipocrisia".

A fidelidade a si mesmo é a sua principal marca. Não teve por isso de que se arrepender. Imunizado desde cedo da política, não o atingiria aquela nostalgia que se abatera sobre José de Alencar no fim da vida. Seu comportamento social, sua frieza, combatida pelos abolicionistas que queriam vê-lo perorando nas ruas contra a escravidão, é objeto de controvérsias entre os seus críticos, ainda hoje. Ainda hoje fazem-lhe restrições porque não se empolgava pelas lutas políticas.

Duas gerações, desde que sobre seu corpo se estendeu a madrugada sem dia de 29 de setembro de 1908, duas gerações entraram em contato com o mundo que ele criou. Leram seus romances, representaram suas peças, decoraram alguns dos seus versos, amaram seus contos. E são essas gerações que estão festejando o velho escritor, que lhe estão comprando os livros, que estão escrevendo novas interpretações. Aliás, diga-se de passagem, quase não há interpretação. Estamos descambiando um pouco para o endeusamento de Machado de Assis, o que é mal. Mal porque quando se tem uma obra como a que ele realizou não se precisa de incenso; precisa-se antes de justiça. É a maior prova da sua grandeza é estar ele resistindo a esses dois vendavais de palavras: — dos que lhe atiram confetes e dos que contra ele proferem juízos mesquinhos e esquematizam razões políticas. Para uns e para outros parece que estou a vê-lo com aquele sorriso em que muitos exergaram sarcasmo, mas que era feito talvez somente de piedade.

DISCURSO DO SENADOR GILBERTO MARINHO

Em um notável ensaio sobre as atividades jornalísticas de Joaquim Nabuco, Múcio Leão assinala a existência de toda uma família de extraordinários esmaltadores que as contingências encaminham para o transistório das colunas dos jornais.

Essa família é imensa e a ela pertencem, entre outros, Alberto de Oliveira, João Ribeiro, Euclides da Cunha, Cruz e Souza, Olavo Bilac e Machado de Assis que durante 70 anos efetivamente exerceu a crônica parlamentar no Senado do Império.

Se tal circunstância ora aqui se evoca é para exaltar esse difícil gênero de arte de escrever, que tanta lucidez e clareza de espírito irradia na imprensa do país.

A substância especificamente literária da cerimônia já a exauriu, com o brilho de sempre, o autorizado intérprete da classe, o jovem e laureado romancista Perminio Aslora.

Ao político, que nenhum título encontra para a honra e distinção de ser convocado a alçar a voz neste instante, senão o de velho amigo da imprensa a que tanto deve sua modesta vida pública, outro exame não cabe além da análise da funda vinculação sempre existente e tantas vezes notada entre Imprensa e Parlamento.

Observa um dos nossos mais argutos homens de Estado que se auxiliam, que se completam e que se aperfeiçoam, uma sob a ação benéfica da outra.

Sem Parlamento não há imprensa livre e integrada verdadeiramente na missão de garantia sagrada de todos os direitos.

Sem imprensa livre, privado fica o Parlamento da fonte cristalina onde se espelham anseios, reivindicações, necessidades individuais e coletivas de que deve cuidar o Poder Legislativo, ao traçar normas legais para a ação dos demais órgãos da soberania nacional.

Sem imprensa livre, faltam ao parlamento a análise e a crítica oportunas dos seus atos e deliberações, as quais constituem formas fundamentais inarredáveis de colaboração ativa e de ajuda inteligente.

Mesmo quando apaixonada e áspera, útil e valiosa e a crítica, porque leva os homens de espírito varonil e consciência limpa ao reexame dos assuntos e a um maior zelo dos negócios públicos.

É na imprensa que o fato político pessoa com mais celeridade e nos seus aspectos de maior relevo e de mais prementes e atual significação.

É revelha, mas sempre oportuna a afirmação de que Imprensa constitui o mais valioso instrumento na conformação social das nações democráticas.

É o poder da inteligência, a serviço de ideais e de altos interesses da comunidade, da Pátria e da Humanidade.

Palpitante reflexo da vida e das necessidades dos povos, não se pode desenvolver senão com liberdade e não se pode impôr senão pela verdade.

O jornalismo corresponde a um apostolado social quando, tendo por arma a verdade, sustenta grandes princípios, quando pede liberdade, justiça, garantido ao laicismo.

O Homem da imprensa, por isso que seu campo de ação é vasto e múltiplo e inúmeras as possibilidades de sua influência com a pena e o talento, na orientação das atividades políticas, econômicas e sociais de um país, deve reunir as mais preclaras virtudes e o mais acendrado amor à verdade e à justiça.

Não importa que imprima paixão nas causas que defende, mormente quando nobres e elevadas, contanto que não incida em ultraje pessoal.

Em um mundo ameaçado de ver destruídos os mais altos valores morais, a imprensa cumpre função histórica de primordial importância.

Deve ser a salvaguarda da democracia e a garantia da sobrevivência para a civilização e a cultura.

Meus Senhores o Senado da República sempre soube valorizar a vossa árdua tarefa, a de pôr a serviço do interesse social a mais nobre paixão, com o mais arraigado afeto, eis realmente a que é escrever para as folhas dos jornais que parecem morrer cada dia para ressuscitar no outro, com essa ação renovada que se torna a crônica viva dos homens e dos povos.

Paísa agora esta Casa do povo brasileiro a dever a inspiração de Gil de Amado esse testemunho perene e essa recordação constante da glória de ter aqui abrigado um dia o gênio imortal de Machado de Assis.